

Miguel Afonso Linhares

miguel.linhares@ifrn.edu.br

Claudiana Nogueira de Alencar

claudiana.alencar@uece.br

As origens, a formação e os atravessamentos do conceito *língua*

The origins, development and crossings of *language* concept

RESUMO - Desde o capítulo terceiro da obra “póstuma” de Saussure até os trabalhos recentes mais “heterodoxos”, tem sido uma preocupação constante na Linguística definir o que é *a* língua, tanto que as diferentes correntes dos Estudos da Linguagem distinguem-se, fundamentalmente, por estarem assentadas sobre diferentes perspectivas do que seja *a* língua. Contudo, não se percebe, nem de longe, o mesmo interesse por parte dos linguistas em definir o que é *uma* língua, aquilo a que se pode chamar, laconicamente, um “advérbio substantivado”, ou seja, *a* língua na forma de [falar] *português, espanhol, inglês*, etc. Este trabalho trata, precisamente, dessa desatenção. O que se depreende dele, à luz do diálogo teórico-metodológico de uma Linguística crítica com as Ciências Sociais, é uma patente fragilidade do conceito *língua*, o que comporta uma consequência verdadeiramente grave: ergueu-se toda uma ciência, institucionalizada há décadas em faculdades por todo o mundo, com um volume de produções nada desprezível, que aporta teorias e métodos cridos universalmente válidos e aplicáveis, mas que parte de um objeto inventado na e pela modernidade, universalizado à força, manejado ao sabor dos interesses do Estado-nação.

Palavras-chave: língua, modernidade, Estado-nação.

ABSTRACT - From the third chapter of the “posthumous” Saussure work to the most recent and “heterodox” works, defining language has been a constant concern in Linguistics, so that the different fields of Language Studies are primarily distinguished by the different perspectives of language that those ones sustain. However, the same interest is not noticed among linguists to define what a language is, what one might call, laconically a “substantival adverb”, in other words, the language in the form of [speaking] Portuguese, Spanish, English etc. This present work is precisely about this absent-mindedness. What can be seen from it, based on the theoretical and methodological dialogue of a critical linguistics with the Social Sciences, is an obvious fragility of the concept of language, which results in a truly serious consequence: a whole science rise up, is institutionalized for decades in colleges throughout the world, with an immense volume of scientific production, which brings theories and methods believed universally valid and applicable, but that’s part of an object created by/in modernity, forcibly universalized and managed depending on the nation-state interests.

Keywords: language, modernity, nation-state.

Considerações iniciais

Não é fácil aproximar-se da diversidade quando se nasceu e cresceu em uma civilização onde há muito tempo se prima pela homogeneidade, onde se criou uma poderosa fórmula, o Estado-nação, para solver todos os “problemas” da heterogeneidade, onde o país perfeito é monoideológico, monorreligioso, monoétnico e... monolíngue. Sobretudo, não é fácil lidar com a diversidade quando a própria ciência, em vez de ser meio de emancipação, é praticada para servir aos aparelhos ideológicos do Estado.

Com efeito, desde o capítulo terceiro da obra “póstuma” de Saussure (2006) até os trabalhos recentes mais “heterodoxos” (por exemplo, Makoni e Meinhof, 2006), tem sido uma preocupação constante na Linguística definir o que é *a* língua. As diferentes correntes dos Estudos da Linguagem distinguem-se, fundamentalmente,

por estarem assentadas sobre diferentes perspectivas do que seja *a* língua. Contudo, como observa Rajagopalan (2003), não se percebe, nem de longe, o mesmo interesse por parte dos linguistas em definir o que é *uma* língua, aquilo a que Coseriu (1979) chama, laconicamente, um “advérbio substantivado”, ou seja, *a* língua na forma de [falar] *português, espanhol, inglês* etc.

A pesquisa exposta aqui trata, precisamente, dessa desatenção ao conceito *língua* e a outros cujas histórias são inseparáveis deste: *dialeto, estado, nação*. Embora seja possível remontar a muito tempo a palavra *língua* (< latim *lingua* < latim antigo *dingua* < protoindo-europeu < **dn̥ǵʰwés*), o entendimento atual – como uma espécie de código verbal distinguível de outros – não é remontável senão ao Renascimento. Ora, como o Renascimento é um acontecimento da história ocidental, logo o conceito *língua* é moderno, no sentido em que foi forjado na conjuntura

moldada pelas ações dos Estados europeus sobre o resto do mundo, ou, melhor dito, pela própria criação do “mundo” pelos europeus durante a modernidade.

Nessa conjuntura, o conceito serviu, primeiro, para equiparar certos códigos verbais ao latim, a língua que se empregava em todas as ordens de discurso distinguidas por um prestígio de mediano a alto. Ao longo do texto, o leitor topará, em geral, com esses códigos referidos como as “línguas dos príncipes”, por terem sido as línguas dos soberanos (*principes*, na linguagem medieval e renascentista), que, como o soberano e o Estado eram uma coisa só, vinham ser as línguas dos Estados, ou seja, trata-se, em última análise, de uma estatização de certos códigos, obviamente em detrimento de outros.

Segundo, quando, após a Revolução Francesa, o vínculo do Estado se transformou, da vassalagem ao príncipe para a afiliação à nação, o conceito serviu de veículo à doutrinação nacionalista (ensino da história, da geografia, da literatura nacionais na língua nacional), e, daí, também para excluir a possibilidade de se construir outra nação dentro do mesmo Estado, baseada sobre uma identidade nacional alternativa, veiculada em uma língua nacional alternativa. É aí que toma importância outro conceito – *dialeto* (e os seus congêneres populares: *linguajar*, *patois*, *Mundart* etc.) – inventado com o fim de inferiorizar e silenciar os demais códigos usados pela comunidade nacional.

Assim, o presente trabalho constitui, cremos e defendemos, uma contribuição relevante não só para recobrar, renovar e fomentar a discussão sobre esse conceito tão mal resolvido, que é *língua*, ainda que – contraditoriamente – seja cardeal para uma ciência amplamente praticada e profundamente institucionalizada, mas também para buscar compreender uma parte do próprio discurso dessa ciência, bem como um pouco da história das ideias que a têm fundamentado.

As origens do conceito

No biênio 1910-1911, Ferdinand de Saussure ministrou o seu terceiro e derradeiro curso de Linguística Geral na Universidade de Genebra, cujo conteúdo, junto com aqueles dos dois anteriores, foram coligidos por discípulos seus na forma de um livro “póstumo”, que é o *Cours de Linguistique Générale*, publicado em 1916.

Saussure divisava três estágios na história da Linguística: a Gramática; a Filologia como crítica, exegese e edição de textos escritos e a Filologia como estudo histórico-comparativo, à qual chamou ambigualmente *Filologia comparativa* ou *Gramática comparada*. Mas em que a Linguística se diferenciava desses três estágios, que não tinham sido suplantados um pelo seguinte, mas que naquele momento coexistiam? Da Gramática, em virtude do viés normativo desta, isto é, a tarefa de estabelecer o “certo” e o “errado” no uso da língua, o que afasta o

necessário “desinteresse” para constituir-se como ciência. Da Filologia, porque a língua não é o único objeto desta, posto que o labor crítico-exegético demanda que o filólogo aborde múltiplos objetos. Do comparatismo, por este não ir além da reconstrução de formas anteriores dos códigos comparados, não se ter ocupado de definir um objeto (Cf. Saussure, 2006).

Com efeito, a definição do objeto é fundamental na epistemologia saussuriana e, por conseguinte, no desenvolvimento da Linguística independente: nesta, o estudo da língua deveria cingir-se a ela como sistema de signos, diferente da linguagem (faculdade de produzir signos) e da fala (execução da língua), caracterizado por ter uma natureza psíquica, social, homogênea e que pode ser abstraído da complexidade do ato linguageiro.

Recobrando uma tese antiga e pouco conhecida sobre a origem da linguagem, de Dante Alighieri no tratado *De vulgari eloquentia*, a língua saussuriana assemelha-se bastante à *forma locutionis*, que, segundo Dante, Deus deu a Adão e que consistia em uma espécie de molde pelo qual o primeiro homem formou a primeira língua. O termo latino *locutio* não era senão o substantivo correspondente ao verbo *loqui*, isto é, “falar”, portanto era a ação de falar, de modo que se pode traduzir *forma locutionis* como “forma (ou talvez com mais justeza ‘fôrma’) da fala” (Cf. Eco, 2002).

Ao lado da palavra *locutio*, Dante empregou outras referentes à linguagem: *eloquentia*, *lingua*, *loquela* e *idioma*. A primeira, que consta do título da obra, não foi usada apenas no sentido de “eloquência”, mas também no de “fala” (atente-se para a raiz *loqu-*): não é um estudo somente sobre a eloquência, mas sobre a expressão em língua vulgar. De outro lado, é precisamente quando se refere a essa língua vulgar, que nada mais era que a língua vernácula (*locutio primaria*), em contraposição ao latim (*locutio secundaria*), que Dante emprega os termos *lingua*, *loquela* e *idioma* (Cf. Eco, 2002).

Consultando o *Dicionário latim-francês* de Félix Gaffiot (1934, tradução nossa), acham-se as seguintes (e mais relevantes para este trabalho) acepções desses vocábulos, aos quais acrescentamos *sermo*:

lingua, *ae*, f. (ant^{te} *dingua* M. VICT. 6, 9, 17) ¶ 2 língua, fala, linguagem: *linguam continere* CIC. *Q.* 1, 1, 38, conter sua língua, calar-se; *operarii lingua celeri et exercitata* CIC. *de Or.* 1, 83, operários de língua ágil e exercitada; *linguas hominum vitare* CIC. *Fam.* 9, 2, 2, evitar a falação das pessoas ¶ 3 língua de um povo: *Latina, Graeca* CIC. *Fin.* 1, 10; *utraque lingua* HOR. *S.* 1, 10, 23, ambas as línguas [grego e latim] || dialeto, idioma: QUINT. 12, 10, 34, etc.; SEN. *Ep.* 77, 14; [poét.] *linguae volucrum* VIRG. *En.* 3, 361, a linguagem dos pássaros (p. 913).

lōquēla e **lōquella**, *ae*, f. (*loquor*), fala, linguagem, palavras: PL. *Cist.* 741; LUCR. 5, 230; VIRG. *En.* 5, 842 || língua: *Graia* OV. *Tr.* 5, 2, 68, língua grega, o falar grego (p. 921).

īdīōma, *ātis*, n. (*īdīōma*), idiotismo [gram.]: CARIS. 291, 2 (p. 766).

sermo, *ōnis*, m. (*sero* 2), ¶ 4 modo de se exprimir: **a)** estilo: *sermo plebeius, quotidianus, vulgaris* Cic. *Fam.* 9, 21, 1; *Or.* 67; *Ac.* 1, 5, o falar do povo, o estilo ordinário, corrente da conversação; *illius aetatis sermo* Cic. *Br.* 60, o estilo daquele tempo, cf. *Br.* 60; *de Or.* 1, 125; *Arch.* 3; *Off.* 1, 134; **b)** língua, idioma: *consuetudo sermonis nostri* Cic. *Lae.* 21, o uso da nossa língua; *Latinus sermo* Cic. *de Or.* 3, 42, a língua latina, cf. 2, 28; *Graecus* Cic. *Fin.* 1, 1, língua grega; *usitatus* Cic. *Br.* 259, a língua usual; *est actio quasi sermo corporis* Cic. *de Or.* 3, 222, a ação oratória é como a linguagem do corpo; *voltus, qui sermo quidam tacitus mentis est* Cic. *Pis.* 1, o rosto, que é como a linguagem muda do espírito; **c)** uma expressão, uma frase, palavras: *Dig.* 7, 1, 20, etc. (p. 1429).

Percebe-se que há apenas uma divergência entre o uso medieval e o clássico, a qual está no significado da palavra *idioma*, que Gaffiot restringe a “idiotismo”, enquanto Dante a emprega como sinônimo de *lingua* e *loquela* (o que, de resto, é comprovado por Niermeyer, 1976). Não obstante, chama mais a atenção nos dados apresentados por Gaffiot o fato de as palavras *lingua*, *loquela* e *sermo* terem sido empregadas para nomear aquilo que na Linguística Moderna se procura discernir tão escrupulosamente: a linguagem, a língua e a fala. Mais que isso, os dados impõem concluir que se bem a escolha da palavra *lingua* para designar uma língua histórica em diversos idiomas europeus se enraíza na expressão *lingua latina*, cujo uso remonta à Antiguidade, a oposição da palavra *lingua* a outras é moderna, pois observe-se que os romanos se valiam de vários e dos mesmos termos para se referir a códigos que hoje seriam distinguidos como línguas ou linguajares, falares, dialetos (e socioletos e estilos) ou variantes, o que não quer dizer que eles não sentissem ou não fizessem diferença entre esses códigos, mas que não era uma diferenciação marcada e hierarquizada mediante vocábulos excludentes.

Além disso, se tal oposição aconteceu na modernidade, então além de moderna, é ocidental. Com efeito, se bem há notável transparência na tradução de *lingua* para as línguas europeias, basta sair do Ocidente a outra civilização com a sua própria tradição de Estudos da Linguagem, como a China, para averiguar como a transparência se esvaece.

É sabido que a língua vernácula da maioria dos chineses é um conjunto de códigos estreitamente aparentados, mas divergentes a ponto de embaraçar a compreensão se cada interlocutor fizer uso somente do seu próprio. Apesar disso, os chineses referem-se a esses códigos quando escritos com caracteres chineses como uma única categoria: 中文 *zhōngwén* (中 *zhōng* significa “meio”, e remete à China, que é 中国 *Zhōngguó*, o “País do Meio”, e 文 *wén* é a língua). O mesmo acontece quando a referência é a esses mesmos códigos falados: 汉语 *hànyǔ* (汉 *hàn* é o etnônimo do povo falante desses códigos, a etnia chinesa majoritária, e 语 *yǔ* é também a língua). Mais especificamente, a língua oficial é 普通话

pǔtōnghuà (普通 *pǔtōng* quer dizer “comum” e 话 *huà* é igualmente a língua). Quando se quer aludir à variação diatópica, fala-se então de 方言 *fāngyán* (方 *fāng* é uma “região” e 言 *yán* é, ainda, a língua). Cumpre confessar que a tradução das palavras 文 *wén*, 语 *yǔ*, 话 *huà* e 言 *yán* como “língua” tem uma pitada de retórica, mas efetivamente 文 *wén* exprime o conceito de língua ligado à cultura literária; 语 *yǔ*, ligado à vernaculidade; 话 *huà*, ligado à fala; 言 *yán*, ligado à comunicação. Do ponto de vista “linguístico”, pode-se dizer que há sete línguas pelo que se entende comumente por chinês ou que o chinês tem sete dialetos: mandarim (官话 *guānhuà*), wu (吴语 *wúyǔ*), yue (粤语 *yuèyǔ*), mǐn (闽语 *mǐnyǔ*), xiang (湘语 *xiāngyǔ*), hakka (客家 *kèhuà*) e gan (赣语 *gànyǔ*). Não obstante, por trás desse ponto de vista “linguístico” está uma visão etnocêntrica: a visão ocidental do que é língua ou dialeto (Cf. Ciruela Alférez, 1999).

O fato de o conceito de língua ser uma categoria do pensamento linguístico ocidental comporta uma consequência grave: como fica a contagem das línguas? É comum afirmar-se que há milhares de línguas em todo o mundo. Alguns ousados vão além e propõem cifras aproximadas, que se estendem de três mil a seis mil e setecentas, passando por um termo médio de cinco mil. Há quem considere a empresa de saber quantas línguas há uma quimera por falta de embasamento empírico, ou seja, porque a Linguística alcançou uma parte pequena dessa multidão (Cf. Siguan, 2002; Bernárdez, 2004). Em contrapartida, nós defendemos que o empecilho é de natureza epistêmica, pois abranger a contagem de línguas a todo o mundo é universalizar um conceito “local” (Cf. Sifre, 2005; Moreno Cabrera, 2008).

Na verdade, o conceito de língua é muito mal resolvido: um conceito cuja palavra nomeia o objeto de uma ciência, mas que serve a vários interesses não científicos. Neste sentido, Sifre (2005, p. 11-15, tradução nossa) elaborou um decálogo de entendimentos sobre as línguas que constitui quase um roteiro para uma discussão sobre este tema:

- (1) As fronteiras que separam as línguas são bem claras.
- (2) Os dialetos são variantes não padronizadas caracterizadas por exibir muita variação regional e social.
- (3) As línguas têm literatura e os dialetos, não.
- (4) As línguas são melhores para a educação e o pensamento lógico.
- (5) As línguas são conjuntos de dialetos relacionados geneticamente e mutuamente intercompreensíveis.
- (6) As formas de fala com sistemas de escrita diferentes são línguas diferentes.
- (7) A religião não é um critério para a delimitação das línguas.
- (8) As línguas têm existido desde tempo imemorial e são entidades relativamente fixas e imutáveis.
- (9) Os gramáticos e os planificadores linguísticos podem introduzir mudanças gramaticais e léxicas nas línguas.
- (10) As línguas padrão emergem e consolidam-se porque têm algumas qualidades superiores que as tornam especialmente aptas para o regimento coletivo e para ser veículos da nacionalidade.

Línguas, dialetos, estados e nações

Quem percorrer o Caminho de Santiago a partir do vale de Aspe, seguindo o chamado Caminho Francês, procurando interagir com a população nativa no seu código vernáculo, dará conta de que as pessoas que moram em uma povoação entendem bem as da povoação vizinha, embora quando se confrontam os códigos vernáculos de uma ponta e da outra da rota, se vejam diferenças léxico-gramaticais consideráveis, de modo que é provável que alguém do vale de Aspe e outra pessoa de Santiago de Compostela se entendam pouco falando respectivamente em gascão e em galego. Ao mesmo tempo, quando o peregrino cruza a linha entre a França e a Espanha, passa bruscamente de uma paisagem onde o uso público da língua francesa é dominante a outra em que o é o da língua espanhola.

De um lado, é verdade que algumas fronteiras entre línguas são tão tangíveis quanto as fronteiras entre Estados soberanos. De outro lado, é comum que se tome consciência de se terem ultrapassado fronteiras linguísticas à medida que se toma cada vez mais distância do ponto de partida, mas sem se conseguir apontar exatamente em que lugar atrás ficaram essas fronteiras. Para achar, pois, uma fronteira clara, é preciso que as povoações lindantes tenham vernáculos bastante diferentes, de modo que mesmo a mínima compreensão demande aprendizagem prévia de um código ou do outro. Este é, por exemplo, algo que o mesmo peregrino de Santiago poderia experimentar saindo da cidade de Saint-Jean-Pied-de-Port (Donibane Garazi), que está localizada em plena área de língua basca.

Esse caso também é relevante por trazer à baila dois elementos importantes para a discussão sobre o conceito *língua*: a semelhança estrutural entre os códigos e a compreensão entre os seus usuários. Por “semelhança estrutural” entende-se que os códigos têm formas lexicais e gramaticais parecidas e por “intercompreensão”, que os usuários podem estabelecer um leque variado de interações empregando principalmente os seus próprios códigos vernáculos. Na verdade, esses dois elementos são como dois lados de uma moeda: quanto menos ou mais semelhança estrutural houver entre dois códigos, menos ou mais compreensão haverá entre os seus usuários (Cf. Castellanos, 2000; Sifre, 2005). Já se viu que na China, apesar de alguém de Pequim entender pouco o que outra pessoa de Xangai ou de Cantão lhe disser nos vernáculos dessas regiões, esses códigos fazem parte da 中文 *zhōngwén* ou 汉语 *hànyǔ*.

O primeiro problema é que no Ocidente, seguindo o seu milenar raciocínio dicotômico¹, o que não é língua é dialeto, ou um *linguajar*, um *patois*, uma *Mundart* etc. Perceba-se que até agora não tínhamos abordado o termo

dialeto: chegou o momento. Trata-se de um cultismo, mais especificamente de um helenismo, o que quer dizer que a sua presença nas línguas europeias não se deve a uma transmissão multissecular, como é o caso das continuções da palavra latina *lingua* nas línguas românicas, mas consiste em um empréstimo tomado diretamente ao grego *διάλεκτος*. E o que significava *διάλεκτος* em grego? Liddell e Scott (1901, p. 350, tradução nossa) oferecem duas acepções que são mais relevantes para este trabalho:

διάλεκτος, ἡ, (διαλέγομαι) II. *fala, linguagem, modo de falar*, Ar. Fr. 552; *κατὰ δ. λαλῶν* Antif. Ὀβρ. I; *δ. ἀμνίων*, op. a τὰ ἐνδον δράκοντος, Herminip. *Ἀθ. γων.* 2: *fala articulada, linguagem*, op. a φωνή, Arist. H.A.4.9,16 ἴδιον τοῦ ἀνθρώπου Ib.; *τοῦ ἀνθρώπου μία φωνή, ἀλλὰ διάλεκτοι πολλαί* Id. Probl. 10. 38. 2. *a língua de um país*, esp. *o dialeto de um distrito especial*, como o jônico, o ático etc., eram dialetos do grego, Gram.; também uma *palavra local* ou *expressão*, Plut. Alex. 31: —cf. *γλώσσα*.

Atente-se para o fato de que *διάλεκτος* deriva do verbo *διαλέγομαι*, que era, singelamente, o “conversar” e que contém a mesma raiz de *λέγω* (“dizer”) e *λόγος* (“palavra”). Atente-se, ainda, para o fato, mais chamativo, de que os dialetos gregos eram normas literárias, cada um ligado ao cultivo de certos gêneros. Quando, desde o tempo de Alexandre o Grande, essas normas foram sendo suplantadas por uma nova e única, esta também foi chamada *διάλεκτος*: *κοινή διάλεκτος*, ou seja, “linguajar comum”. Nada mais diferente dos dialetos da modernidade, dos quais se costuma pensar que são variantes não padronizadas e que não possuem literatura (Cf. Sifre, 2005).

De fato, como explica Burke (2010), o dialeto moderno é mesmo moderno... pois o que se costuma entender hoje por “dialeto” está apenas vagamente ligado ao *διάλεκτος* grego, já que se trata de um conceito forjado pelos humanistas: em latim, o uso dessa palavra amidiou-se no começo do século XVI, entrou no francês em 1563 e no inglês, em 1577. Evocando essa conjuntura, vale a pena voltar ao tratado de Dante.

Como sugere o seu título, *De vulgari eloquentia*, essa obra consiste em uma defesa de que a língua do povo tinha ou podia ter as mesmas qualidades da gramática, ou seja, do latim. E quais qualidades do latim se prezavam? Primeiro, o fato de não pertencer a nenhum povo, o que fazia dele uma língua universal; segundo, o fato de ser artificial, o que o salvaguardava da variação no tempo e no espaço. Todavia, Dante estimava a naturalidade do vulgar, pois acreditava que antes da Torre de Babel a língua adâmica moldada pela *forma locutionis* doada por Deus era universal e natural. A ilusão de Dante era, pois, vir ser um novo Adão, que fabricaria um vernáculo que fosse

¹ Cumprir reconhecer que o par *homogeneidade* × *heterogeneidade*, com o qual começamos esta reflexão, não deixa de constituir categorias dicotômicas, às quais nos temos contraposto. Não obstante, em vez de o rejeitar, cremos que convém aceder ao raciocínio de Mignolo (2003, p. 150, tradução nossa), segundo o qual pode ser coerente, mesmo de uma perspectiva crítica, “[p]ensar a partir de conceitos dicotômicos em lugar de ordenar o mundo em dicotomias”.

ilustre (que refletisse a natureza das coisas), cardeal (que servisse de regra), real (que se ajustasse a ser a língua do príncipe) e curial (que se ajustasse às tarefas do governo) (Eco, 2002).

O *De vulgari eloquentia* ficou inacabado por volta de 1305, mas só em 1529 foi publicado em edição impressa. Coincidência ou não, nas décadas seguintes apareceu um gênero textual novo, consistente em um tratado, amiúde na forma de um diálogo, em que se louvavam as excelências de certa língua vernácula: o castelhano (*Diálogo de la lengua*, de Juan de Valdés, em 1535; *Discurso sobre la lengua castellana*, de Ambrosio de Morales, em 1546, e *Libro de las alabanzas de las lenguas hebraea, griega, latina, castellana y valenciana*, de Martí de Viciano, em 1574); o português (*Diálogo em louvor da nossa linguagem*, de João de Barros, em 1540, e *Diálogo em defesa da língua portuguesa*, de Pero de Magalhães Gândavo, em 1574); o italiano (*Lettera in difesa della lingua volgare*, de Alessandro Citolini, em 1540; *Dialogo delle lingue* de Sperone Speroni, em 1542, e *Orazione in lode della fiorentina lingua*, de Leonardo Salviati, em 1564); o francês (*Défense et illustration de la langue françoise*, de Joachim du Bellay, em 1549, e *Précélence du langage françois*, de Henri Estienne, em 1579); o holandês (*Uitspraak van de weerdigheid der Duitsche taal*, de Simon Stevin, em 1582, e *Tweespraak van de Nederduitsche letterkunst*, de Hendrik Spiegel, em 1584); o polonês (*De linguarum in genere, tum Polonicae seorsim praestantia et utilitate oratio*, de Jan Rybiński, em 1589); o inglês (*Epistle concerning the excellencies of the English tongue*, de Richard Carew, em 1605); o alemão (*De contemptu linguae Teutonicae*, de Martin Opitz, em 1618; *Rettung der edlen teutschen Hauptsprache*, de Johann Rist, em 1642, e *Ausführliche Arbeit von der teutschen Hauptsprache*, de Justus Georg Schottel, em 1663); o tcheco (*Dissertatio apologetica pro lingua slavonica praecipue bohemiae*, de Bohuslav Balbín, em 1663); o dinamarquês (*De Danicae linguae et nominis antiqua gloria et praerogativa inter septentrionales commentariolus*, de Otto Sperling, em 1694); o húngaro (*Oratio de cultura linguae Hungaricae*, de János Ribinyi, em 1751) (Cf. Burke, 2010).

O que motivou essa onda de apologia do uso de certas línguas vernáculas? O fim era o mesmo: dignificar a língua vernácula à altura do latim. Mas se Dante já fazia isso no começo do século XIV, por que esse movimento só se desenvolveu em meados do XVI? Singelamente porque nos dias de Dante não havia condições sociais favoráveis para tal. Anteriormente dissemos que uma das qualidades do latim era não ser a língua de nenhum povo. Sem se opor a tal juízo, Burke (2010) argumenta que convém fazer uma precisão, pois se bem é certo que o latim deixou de ser língua vernácula ao menos desde o século IX, não é propriamente justo considerar que não possuía uma comunidade. Ora, o latim era a língua da Igreja Católica, não só da liturgia, mas também da administração da instituição, que estava muito presente na vida

de todos, até mesmo nos governos dos Estados, pois além de não haver separação entre o Estado e a Igreja, a Santa Sé atuava como uma espécie de “ONU medieval”. Ademais, o latim era a língua que se empregava na generalidade das ordens de discurso que demandavam o manejo da escrita: a escola, a universidade, a ciência, o direito, a diplomacia. Embora algumas chancelarias empregassem o vernáculo, as relações interestatais davam-se em latim; e graças ao seu uso, um docente ou um discente da universidade de Oxford podia passar a trabalhar ou a estudar na de Bolonha sem se preocupar com a língua veicular do ensino-aprendizagem, assim como um erudito como Dante podia escrever uma obra como o *De vulgari eloquentia* e ser lido desde Portugal até a Polônia. Sem falar que uma presença tão forte de uma língua, ainda que eminentemente escrita, conferia alguma capacidade de falá-la aos seus conhecedores. Antes evocamos o percurso do Caminho de Santiago para ilustrar como as fronteiras linguísticas podem ser esfumadas; na época de Dante, não só havia menos diferença entre os vernáculos congêneres, mas os peregrinos, acorrendo a Compostela em todas as direções, podiam apelar, quiçá, a um *pidgin* baseado no latim. Enfim, indubitavelmente o latim unia pessoas dentro de uma “comunidade de ideias” e de uma “comunidade de interpretação”.

De outro lado, convém lembrar que no tempo de Dante alguns Estados tinham introduzido o vulgar no uso curial. Isso não quer dizer que o vernáculo suplantou o uso do latim nessa ordem de discurso nesse momento, mas que passou a concorrer progressivamente com ele; mas, precisamente, à medida que o vernáculo se introduzia pouco a pouco em âmbitos que até então lhe estavam vedados, a comunidade de interpretação coerida pelo latim foi fragmentando-se. Já antes da introdução do vernáculo no âmbito chanceleresco, este se estendera consideravelmente sobre o terreno da literatura, onde o latim se conservava somente em gêneros de teor religioso e historiográfico. Com efeito, o movimento de apologia de certas línguas vernáculas foi a segunda onda de um remoinho maior, que Auroux (2009, p. 71) qualifica de “revolução tecnológica da gramatização”:

Assim como as estradas, os canais, as estradas de ferro e os campos de pouso modificaram nossas paisagens e nossos modos de transporte, a gramatização modificou profundamente a ecologia da comunicação e o estado do patrimônio linguístico da humanidade. É claro, entre outras coisas, que as línguas, pouco ou menos “não instrumentalizadas”, foram por isso mais expostas ao que se convém chamar *lingüicídio*, seja ele voluntário ou não.

O que é essa gramatização? É o estabelecimento de uma grafia, uma morfologia, uma sintaxe e um léxico padrão, ou, em uma palavra, de uma gramática no sentido mais medieval (e renascentista) desse termo (cf. Castellanos, 2000), ou, como disse Antonio de Nebrija (1992 [1492], p. 105, tradução nossa), é “reduzir uma linguagem

a artifício”, é “pôr uma língua debaixo de arte”. Efetivamente, esse humanista espanhol publicou a primeira gramática impressa de uma língua vulgar: a *Gramática castellana*, da qual tiramos as citações anteriores. Para cada primeiro tratado de apologia de certo vernáculo houve antes a elaboração de uma primeira gramática: do francês, o *Donait françois*, de Jean Barton, por volta de 1409, e *L’esclaircissement de la langue françoise*, de John Palsgrave, em 1530 (primeira impressa, escrita em inglês); do italiano, a *Grammatica della lingua toscana*, de Leon Battista Alberti, em 1440; e as *Regole grammaticali della volgar lingua*, de Giovanni Francesco Fortunio, em 1516 (primeira impressa); do castelhano, a mencionada *Gramática castellana*, de Antonio de Nebrija, em 1492; do tcheco, a *Grammatika česká*, de Václav Beneš Optát; do alemão, *Ein teutsche Grammatika*, de Valentin Ickelsamer, em 1534; do português, a *Gramática da linguagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira, em 1536; do húngaro, a *Grammatica hungarolatina*, de János Sylvester, em 1539; do polonês, a *Polonicae grammatices institutio*, de Piotr Stoiński; do holandês, o próprio *Tweespraak van de Nederduitsche letterkunst*, de Hendrik Spiegel, em 1584; do inglês, o *Pamphlet for English*, de William Bullokar, em 1586; do dinamarquês, a *Grammatica danica*, de Erik Pontoppidan, em 1668 (Cf. Auroux, 2009).

Agora se entende por que o movimento de apologia do vernáculo se desenrolou dois séculos e meio depois de Dante ter tratado *Da eloquência vulgar*: a paisagem sociolinguística europeia mudara sensivelmente, em alguns vernáculos acumulara-se um copioso patrimônio literário, e a maioria desses se tinha convertido em línguas de príncipes soberanos, que agora detinham um poder muito mais efetivo sobre os territórios sob as suas soberanias que os seus antecessores. Isso gerou novas comunidades de interpretação nessas línguas em vias de padronização, pois a jurisdição de cada padronização foi estendendo-se ao território sob a soberania do príncipe (Cf. Nadal, 1999; Zabaltza, 2006).

Daí se entende igualmente o porquê da apologia: as novas comunidades instauradas pela padronização dentro desse novo quadro político não solaparam as comunidades existentes. Releia-se os sobre a publicação de gramáticas e de tratados apologéticos e atine-se para a geografia da “revolução”: abarcou sem dúvida uma grande dimensão do continente europeu, mas há muitos vernáculos que ficaram fora. De outro lado, o latim continuou a ser a língua da *Respublica Litterarum*, ou seja, do meio escolar, universitário e científico (Cf. Burke, 2010).

Ao fim e ao cabo, era preciso promover a língua vulgar em dois sentidos. Primeiro, contra a língua cujos espaços vinham diminuindo, mas cujo prestígio seguia incólume: o latim. Segundo, contra os vernáculos existentes dentro da jurisdição da padronização em curso. Na verdade, têm-se mais uma vez dois lados da mesma moeda, porque se o vernáculo em padronização era tão perfeito

e tão nobre quanto o latim, então podia sobrepor-se a outros vernáculos, o que comporta um terceiro sentido para a promoção deles: contra a concorrência dos outros vernáculos em padronização. Nesse sentido, leia-se uma famosa proposição de Dominique Bouhours em seus *Entretiens d’Ariste et d’Eugène*: “Os chineses e quase todos os povos da Ásia cantam; os alemães são estrepitosos; os espanhóis declamam; os italianos suspiram; os ingleses assoviam. Para ser exato, só os franceses falam” (in Burke, 2010, p. 83).

É bem verdade que dentro desse movimento apareceram também alguns tratados de apologia de vernáculos que não eram cardeais nem reais nem curiais, como o milanês (*Prissian de Milan de la parnonzia milanese*, de Giovanni Ambrogio Biffi, publicado junto com o *Varon milanes de la lengua de Milan*, de Giovanni Capis, em 1606); o bolonhês (*Discorso della lingua bolognese*, de Adriano Banchieri, em 1626); o napolitano (*L’eccellenza della lingua napoletana con la maggioranza alla toscana*, de Partenio Tosco, em 1662) (Cf. Burke, 2010). Porém, como se não bastasse o fato de terem sido escritos não no vernáculo de que tratam ou em latim, mas no vernáculo cardeal e curial, a comuna de Bolonha impediu o acabamento de uma tradução do poema *Gerusalemme liberata*, de Torquato Tasso (1581), para o bolonhês em 1628 “porque o idioma era de certa forma ridículo” (in Burke, 2010, p. 53), o que induz a crer que essas apologias de vernáculos menos favorecidos eram mais uma manifestação de um complexo de inferioridade que de um narcisismo. Independentemente disso, há outro pormenor relevante, que é o fato de esses códigos terem sido chamados *línguas* quando hoje é costume chamar-lhes *dialetos*.

Com efeito, se se atenta para os títulos das gramáticas e dos tratados apologéticos citados, percebe-se que em alguns idiomas a palavra *língua* ainda não estava de todo assentada: o título da gramática de John Palsgrave é *L’esclaircissement de la langue françoise*, e o do tratado de Henri Estienne é *Précellence du langage françois*; no mesmo ano, 1540, João de Barros publicou a *Gramática da língua portuguesa* e o *Diálogo em louvor da nossa linguagem*. Se se remonta a tempos mais antigos, descobre-se ainda menos unanimidade nessa referência. Assim, Rivas (2007) informa que na documentação de Afonso X, rei de Castela e Leão, o castelhano é referido majoritariamente (59,2%) como *lenguaje de Castiella*, quase na mesma proporção (respectivamente 12,2% e 12%) como *nuestro lenguaje e el castellano*, um pouco menos (8,6%) como *este* ou *el romanz*, muito minoritariamente como *lenguaje castellano* (2,9%) e *lenguaje de España* (2%), menos ainda como *nuestro lenguaje de Castiella* e *nuestro lenguaje castellano* (0,8%), e infimamente como *lengua de Castiella* (0,2%). Isto é mais uma prova de que a oposição da palavra *língua* a outras é moderna.

Neste mesmo sentido, é interessante notar que quando, em 1700, Luís XIV, rei da França, ordenou a

troca do uso oficial do catalão pelo do francês na parcela da Catalunha que abocanhara no bojo de Tratado de Paz dos Pireneus (1659), o termo que se usou para se fazer referência ao catalão foi *lingua*. Menos de um século depois, em 1791, na conjuntura da Revolução Francesa, afirmava Charles-Maurice de Talleyrand no seu relatório sobre a instrução pública: “As escolas primárias porão fim a uma estranha desigualdade: a língua da Constituição e das leis será ensinada aí a todos, e essa turba de dialetos corrompidos, derradeiro resto do feudalismo, será constrangida a desaparecer” (in Boyer, 1999, 116, tradução nossa). Mais contundente e mais famoso no campo desta pesquisa é outro relatório, apresentado em 1794, o do abade Henri Grégoire, cujo título é transparente: *Rapport sur la nécessité et les moyens d’anéantir les patois et d’universaliser l’usage de la langue française*, em que informa que

ao menos seis milhões de franceses, sobretudo no campo, ignoram a língua nacional; que um número igual é quase incapaz de sustentar uma conversa contínua; que em último caso, o número dos que a falam não excede três milhões, e provavelmente o número daqueles que a escrevem corretamente é ainda menor (in Boyer, 1999, p. 119, tradução nossa).

Desde cada momento em que alguém empregou um código vernáculo para fazer algo que até então só se fazia em latim, a perda de espaços deste não parou. Seja por causa dessa tendência mesma seja porque a propaganda pró-vernáculo surtiu efeito ou por ambas as coisas, o fato é que mesmo na “República das Letras” o uso do latim diminuiu progressivamente desde o século XVI. Grandes nomes da filosofia e das ciências modernas, como Giordano Bruno, Francis Bacon, Galileu Galilei, Thomas Hobbes, René Descartes, John Locke, Isaac Newton, Gottfried Leibniz ou Giambattista Vico, seguiram servindo-se do latim em maior ou menor medida, mas também se valeram da língua-padrão da região de onde eram naturais, ora traduzindo uma obra composta originalmente em vernáculo para o latim, ora fazendo o contrário. Não obstante, à medida que o século XVIII avançava, foi-se sentindo menos necessidade de acorrer ao latim, mormente na França, onde Montesquieu, Voltaire e Jean-Jacques Rousseau o dispensaram a favor do francês, sem falar da publicação da *Encyclopédie* de 1751 a 1772. Um cientista que usasse quase somente o latim em pleno Século das Luzes, como o fez Carl von Linné, foi uma raridade, que pode ser esclarecida a partir do fato de ser natural de uma região cuja língua-padrão era pouco conhecida fora da sua jurisdição, de modo que o latim esquivava ter de recorrer a um vernáculo estrangeiro, como antes acontecera a Johannes Kepler e Bento de Espinosa (Cf. Burke, 2010).

Ao longo de toda a Era Moderna, as línguas-padrão foram cada vez mais estatizando-se. O esfacelamento da “República das Letras” acabou robustecendo as comunidades de interpretação fundadas sobre essas línguas,

realçando as suas fronteiras, fortalecendo a sua coesão a tal ponto que todo código existente dentro da jurisdição da língua-padrão que antes tivesse gozado da condição de língua teve tal condição rebaixada a uma categoria inferior: *dialeto*, *patois*, *Mundart* (Cf. Sifre, 2005). Se se levar em conta que na *Encyclopédie* o *patois* foi definido como uma “linguagem corrompida tal como é falada em quase todas as províncias: cada uma tem o seu *patois* [...]. Não se fala a língua senão na capital” (in Boyer, 1999, p. 117, tradução nossa), não surpreende que o abade Grégoire tenha pretendido o que o título do seu relatório enuncia. É que em fins do século XVIII, e sobretudo desde a Revolução Francesa, a relação da língua com o Estado mudou.

Convém lembrar que a transição da monarquia feudal para a autoritária favoreceu grandemente a formação de uma nova comunidade em torno de uma nova língua-padrão. A geografia da gramatização e apologia dos vernáculos também testemunha sobre essa dimensão do movimento: percebe-se que se desenvolveu primeiro no sul românico, onde havia monarquias em via de centralização (salvo a Itália, onde o movimento se fundou na autoridade de outros “coroados”: a tríade dos poetas Dante Alighieri, Francesco Petrarca e Giovanni Boccaccio). Não foi à toa que antes de Portugal deixar de ser independente, em 1580, havia duas gramáticas e dois tratados apologéticos da língua portuguesa: Portugal era uma monarquia bastante centralizada, passava por um momento bastante afortunado e o português sofria a concorrência do vizinho castelhano. De outro lado, no leste germânico, eslavo e magiar o movimento foi mais tardio, pois o “federalismo” da monarquia dos Habsburgo favorecia a permanência do latim chanceleresco.

Convém lembrar igualmente que o estabelecimento dessas novas comunidades em torno das novas línguas-padrão se fez a partir do entendimento de que tais línguas eram as dos príncipes, as quais deviam ser usadas, portanto, nos territórios sob as soberanias destes. No entanto, desde a Revolução Francesa, a justificação das relações de poder ao nível do Estado foi cada vez menos baseada sobre a compreensão de que o sujeito era súdito de um príncipe soberano e cada vez mais na de que era membro de uma nação.

Mas o que é uma nação? A palavra *nação* tem uma história muito parecida com a da palavra *língua*: a sua origem latina e o seu aparecimento precoce no vernáculo dão a impressão de que ela sempre esteve aí, que é natural e universal, quando, na verdade, a nação é tão imaginária e tão ocidental quanto a língua histórica, mas mais moderna que esta. Assim como as línguas históricas existem à medida que os seus usuários creem que há fatores (como as mencionadas semelhança estrutural e a intercompreensão) que unem um conjunto de códigos, as nações existem à medida que os seus membros creem que há fatores que os unem, sendo a língua histórica um deles (Cf. Burke, 2010).

Voltando ao dicionário de Gaffiot (1934, p. 1013, tradução nossa), vê-se que *natio* não era originariamente senão um substantivo correspondente ao verbo *nasci* “nascer”, ou seja, “nascimento”, e daí ganhou o sentido de conjunto de seres que compartilham algo desde o nascimento. Neste sentido, oferece as traduções seguintes: “raça, espécie, tipo; tribo, nação [parte de uma *gens*, povo, raça]”. Informa, ainda, que o termo podia ter um uso pejorativo: “seita, raça, tribo, gente”, e que no latim cristão o plural *nationes* se referia aos gentios (a propósito, decalque do grego *τὰ ἔθνη*).

Já no latim medieval, a palavra ganhou um significado curioso aos olhos de hoje: designava divisões do corpo discente de uma universidade ou os participantes de um concílio segundo a procedência geográfica, por isso mesmo diferenciadas por adjetivos referentes a regiões, como *natio Germanica*. Porém, além de a divisões das *nationes* terem variado grandemente de uma universidade a outra e de um concílio a outro, a abrangência de cada *natio* diferia bastante das nações hodiernas, por exemplo: na Universidade de Paris desde 1249, a *natio Germanica* compunha-se de britânicos, alemães, escandinavos e polacos, mas no Concílio de Constança, de 1414 a 1417, de alemães, escandinavos, tchecos, polacos e húngaros. E foi no âmbito da universidade medieval, no século XV, que surgiu o termo *nationalismus*, que era simplesmente a defesa dos interesses e a atenção às necessidades de uma *natio* de estudantes (Cf. Zabaltza, 2006).

Assim como a língua-padrão foi estatizando-se definitivamente à medida que o século XVIII corria, o conceito de nação também veio aproximando-se do entendimento contemporâneo: as edições de 1694, 1740, 1762 e 1798 do dicionário da Académie Française afirmam que uma nação “é constituída por todos os habitantes de um mesmo Estado, de um mesmo país, que vivem sob as mesmas leis e utilizam a mesma linguagem” (in Zabaltza, 2006, p. 30, tradução nossa). Por conseguinte, o nacionalismo foi configurando-se como a ideologia que gera e mantém a nação. Apesar disso, nesse momento e por mais um bom tempo, a língua ainda não era um fator essencial para definir uma nação. Na verdade, os nacionalismos linguísticos não são a regra, mas a exceção.

Em primeiro lugar, a relação entre história e território teve um peso grande sobre os nacionalismos incipientes. Destarte, os nacionalismos espanhol, francês e italiano voltavam ao passado romano para defender que a Espanha, a França e a Itália se estendiam pelos territórios da Hispânia, da Gália e da Itália (com as ilhas adjacentes) romanas. Isso legitimava o domínio francês sobre a Saboia, a oeste dos Alpes, que pertencera ao reino da Sardenha até a unificação da Itália em 1860, e sobre a Alsácia-Lorena, região a oeste do rio Reno, tomada pela Alemanha em 1871, e legitimava a pretensão italiana sobre a Córsega, pertencente à França, e sobre o Tirol do Sul e o Litoral Austríaco, regiões ao sul dos Alpes, pertencentes

à Áustria. Já os nacionalismos tcheco e polaco defendiam para a Boêmia e para a Polônia respectivamente os territórios da Coroa de São Venceslau e da República da Polônia antes de partilha de 1772. Chama a atenção o fato de que em todos esses casos o apelo à língua nacional teria sido embaraçoso: para o nacionalismo francês, porque a Alsácia-Lorena era uma região majoritariamente de língua alemã, assim como o Tirol do Sul, para o nacionalismo italiano, sem falar que o chamado Litoral Austríaco era plurilíngue, assim como os territórios pretendidos pelos nacionalismos tcheco e polaco (Cf. Zabaltza, 2006).

Outro fator de peso foi a religião. Ao leste, onde as línguas eslavas formam um *continuum*, era a religião que diferenciava polacos e russos, aqueles católicos e estes ortodoxos, mas pelo mesmo critério não se diferenciavam grandes-russos, pequenos-russos e russos-brancos, hoje chamados russos, ucranianos e bielorrussos. Igualmente, entre os eslavos do sul a religião distinguia sérvios, croatas e bósnios, respectivamente ortodoxos, católicos e muçulmanos. A religião foi, ainda, o pilar para a construção da nação grega, de tal maneira que a Grécia e a Turquia acordaram uma troca de população em 1923: os ortodoxos que viviam na Turquia, inclusive os de língua turca, foram deportados para a Grécia e os muçulmanos que viviam na Grécia, inclusive os de língua grega, foram deportados para a Turquia (Cf. Zabaltza, 2006).

Mesmo a divisão de classes foi um fator que os nacionalismos aproveitaram. O nacionalismo finlandês surgiu como reação à classe dominante sueca, assim como o nacionalismo lituano defronte da classe dominante polaca. De modo geral, em todo o leste europeu opunham-se proprietários alemães, húngaros e polacos e camponeses eslovacos, letões, russos-brancos e pequenos-russos (Cf. Zabaltza, 2006).

Enfim, por toda a Europa os laços de sujeição a um príncipe soberano foram sendo ressignificados como laços de pertencimento a uma nova comunidade imaginada: uma nação. Tal pertencimento era estabelecido a partir de diversos fatores, como os evocados acima: história, território, religião, classe social. Quando a língua passou a constituir um fator preeminente dentre esses? Quando, ao longo do século XIX, os nacionalistas se deram conta de que a escola podia ser um dos aparelhos mais eficientes para consolidar o Estado-nação, não a escola para poucos que ensinava Latim e Literatura Clássica, mas a escola para todos que ensina a gramática da língua nacional, a literatura nacional, a história nacional, a geografia nacional na língua nacional. A escolarização mostrou-se o meio idóneo para massificar a doutrina nacionalista, e a identificação da língua com a nação serviu com perfeição à propagação do dogma cardeal dessa doutrina: o dogma da homogeneidade (Cf. Zabaltza, 2006).

Na esteira da *Encyclopédie* e dos relatórios de Talleyrand e do abade Grégoire sobre os *patois*, a diversidade dentro da nação foi encarada cada vez mais como algo pernicioso:

Em outras palavras, o modelo ideal de sociedade é monolíngue, monoétnica, monorreligiosa e monoideológica. O nacionalismo, entendido como a luta para manter os grupos na sua “pureza” e homogeneidade na medida do possível, é considerado uma atitude positiva dentro do dogma da homogeneidade. As sociedades pluriétnicas ou plurilíngues são vistas como potencialmente problemáticas, porque necessitam formas de organização estatal que se opõem às características “naturais” dos agrupamentos humanos (Blommaert e Verschueren, 2012, p. 253, tradução nossa).

Como no caso da transferência de população entre a Grécia e a Turquia, às vezes o Estado recorre à violência física para fazer acontecer essa homogeneidade, mas mais amiúde se vale de estratégias mais sutis, como negar – e fazer com que a negação seja crida – a heterogeneidade, inferiorizando todos os elementos à nação. Assim, povos são rebaixados a tribos, religiões são rebaixadas a seitas, nacionalismos alternativos são rebaixados a separatismos e línguas são rebaixadas a dialetos (Cf. Moreno Cabrera, 2000). Isto é tão palmar que há mais de um caso em que uma nação que conquista um Estado próprio inventa uma língua nacional só sua para não ter de lidar com o incômodo de possuir meramente um dialeto de uma língua compartilhada com outra nação. Por exemplo, quando, em 1943, o extremo sul do reino da Iugoslávia constituiu o estado da Macedônia dentro do novo Estado iugoslavo, estabeleceu-se que a língua oficial era o macedônio, malgrado ser muito semelhante à língua búlgara. Décadas depois, quando, no começo dos anos noventa, a Iugoslávia se desintegrou, o servo-croata, que até então fora a língua oficial das repúblicas iugoslavas da Sérvia, da Croácia e da Bósnia, passou a ser chamado croata na república independente da Croácia e sérvio na da Sérvia, mas também bósnio na Bósnia. Mais recentemente, em 2006, Montenegro separou-se da Sérvia, estabelecendo, então, que o montenegrino é a sua língua oficial. Outro exemplo é a partilha da Índia britânica, em 1947: até então o vernáculo indiano oficial com o inglês era visto como uma língua só (ao menos pela visão ocidental) com os nomes de híndi, urdu e hindustâni; depois, o híndi tornou-se a língua oficial da Índia e o urdu, a do Paquistão. Um terceiro exemplo: quando a Indonésia se tornou independente da Holanda, em 1945, escolheu-se oficializar a língua franca do arquipélago: o malaio, mas não com esse nome, e sim com o de *bahasa Indonesia*, ou seja, “língua da Indonésia” (Cf. Bernárdez, 2004; Zabaltza, 2006).

Mais exemplos não faltam, exemplos que demonstram que a relação que se estabeleceu entre a língua e a nação na contemporaneidade mais recente é uma autêntica simbiose: a língua ajuda a fazer a nação, e a nação também ajuda a fazer a língua. Mais que isso: são casos que mostram que às vezes o nacionalismo chega a ser um narcisismo de pequenas diferenças. Qualquer divergência pode ser útil para se contrapor ao outro. No caso de sérvios e croatas serviram os alfabetos: aqueles escrevem no alfabeto cirílico e estes no latino; o mesmo motivo opõe

indianos e paquistaneses: o híndi é escrito no alfabeto devanágari e o urdu no arábico, se bem nesse caso a isso se somam a influência maior do sânscrito sobre o híndi e a do persa sobre o urdu. E falando de influências, até mesmo a desempenhada pela língua do colonizador pode ser ressignificada como particularidade da língua nacional, como acontece no caso do malaio e do indonésio: aquele tem influência do inglês e este, do holandês.

A formação de um conceito moderno

Creemos que todo este arrazoado é bastante para dar, a modo de remate, uma resposta sucinta, agora devidamente fundamentada, ao decálogo. Primeiro, as fronteiras entre as línguas parecem bem claras porque as fronteiras de algumas línguas usadas nas cortes de príncipes soberanos (línguas, por isso, “cardeais”, “reais” e “curiais”) no começo da Era Moderna foram “esticadas” até coincidirem com as dos domínios desses príncipes e que foram identificadas com as nações quando os domínios destes cederam às nações-Estado soberanas. Isso não apagou a conjuntura mais antiga: a concorrência de uma língua supraestatal, hoje se dirá *internacional*, que até meados do século XVIII foi o latim, depois o francês e atualmente o inglês, e dos códigos vernáculos, cujas fronteiras costumam ser claras apenas quando não têm a mesma origem ou quando a origem comum é muito distante, e mesmo assim é possível haver códigos híbridos. Não obstante, cabe reconhecer que a intervenção do Estado, mormente do Estado-nação, por meio dos seus aparelhos para propagar a crença em uma nação uniforme, tem deixado marcas nas paisagens linguísticas. Assim, os códigos não padronizados foram intensamente inferiorizados, independentemente das distâncias estruturais deles para a língua nacional, de modo que em vários lugares houve a quebra da sua transmissão à geração póstera, que tomou por vernáculo um código mais próximo à língua-padrão, fortalecendo, então, a uniformidade da comunidade baseada sobre esta (Cf. Sifre, 2005).

Segundo, a diferença entre os conceitos de língua e de dialeto é uma hierarquização própria do pensamento linguístico ocidental e moderno, mais próxima à observação da paisagem linguística até meados do século XVIII e voltada aos interesses do Estado-nação desde então, quando mesmo códigos muito diferentes da língua nacional, mas desprovidos de todo amparo estatal, têm sido rebaixados a dialetos. Isso aconteceu mesmo a línguas padronizadas: por exemplo, à direita do rio Reno, na Alemanha (região de Baden), fala-se alemão, mas à esquerda, na França (região da Alsácia), fala-se *patois alsacien*. A França é talvez o Estado europeu mais exitoso na empresa de uniformização linguística, considerando a sua conjuntura sociolinguística ao transitar da monarquia feudal para a autoritária, graças a uma escolarização massiva ainda durante o século XIX, que usou e abusou de

violência física e simbólica para catequizar as gerações em formação para a doutrina nacionalista do Estado, que convertia a França quase que em uma entidade da natureza (Cf. Moreno Cabrera, 2000).

Terceiro, o acúmulo de um patrimônio literário foi efetivamente muito importante para a formação das línguas-padrão. Para começar, escrever literatura em vulgar quando não era algo que se fazia normalmente foi romper uma barreira sociolinguística, uma das primeiras barreiras entre o latim e o vernáculo que foram rompidas. Rompia-se também uma barreira ideológica: dava-se uma mostra de que a diferença entre o latim e o vernáculo podia não estar na essência de cada um, mas sim na adaptação de cada um a determinadas ordens de discurso. Além disso, fazer literatura em vernáculo era praticar a escrita nessa língua. Sem uma norma-padrão, isso impelia cada escritor a ter de fazer as suas próprias escolhas de variantes gráficas, morfológicas, sintáticas e léxicas. Como essa prática social não se beneficiava com escolhas particulares por cada autor, pouco a pouco foram-se impondo certas escolhas como comuns. Novamente, a geografia da “revolução” da gramatização é esclarecedora: não é à toa que se tenha desencadeado no sul, majoritariamente românico, onde certos vernáculos tinham três séculos ou mais de literatura. Quando Antonio de Nebrija ou Fernão de Oliveira compuseram as suas gramáticas, não precisaram, por exemplo, afrontar um dilema de como grafar as consoantes palatais nasal [ɲ] e lateral [ʎ], pois a tradição literária já tinha fixado as convenções comuns: <ll> e <nn> (ou <ñ>) em castelhano e <lh> e <nh> em português. Todavia, por mais importante que tenha sido a produção literária para a padronização de certos vernáculos, não foi a condição decisiva. Assim, nem a esplendorosa poesia dos trovadores – o primeiro movimento estético-literário em língua vulgar – nem a poesia de Frédéric Mistral, galardoada com o Prêmio Nobel de Literatura em 1904, salvaram o provençal de se despedaçar e ser rebaixado a *patois provençal*, *patois languedocien*, *patois limousin* etc. Decisivo é o poder: ter sido a língua do príncipe ou, na contemporaneidade, ter amparo estatal (Cf. Castellanos, 2000; Sifre, 2005; Auroux, 2009).

Quarto, pode-se dizer que nos países de maioria católica a vitória do vernáculo sobre o latim se completou em 1963, quando a constituição *Sacrosanctum Concilium*, no bojo do Concílio Vaticano II, derrubou o último bastião do latim, permitindo a celebração da liturgia latina em língua vernáculo. Data tão recente demonstra como a “luta” foi prolongada. Como dissemos antes, sempre que alguém ousava empregar o vernáculo onde até então estava vedado, o espaço do latim contraía-se. Como expusemos, no tempo de Dante o latim e o mundo do estudo estavam de tal modo imbricados que se podia chamar a essa língua simplesmente *gramática*. Desenvolveu-se uma escola de filosofia da linguagem a partir do pressuposto de que essa gramática era universal: a Gramática Especulativa, cujo nome já a ilustra: “especulativa” porque espelha a

realidade. Sobre o latim pairava uma aura de racionalidade, antiguidade, autoridade e consenso. Não obstante, cabe fazer uma correção: a padronização do vernáculo não derrubou o prestígio do latim, mas o tomou para si. As línguas vernáculos padronizadas passaram a ser as racionais, as antigas, as autorizadas e as consensuais. Com uma diferença em relação ao latim: salvo um ou outro caso raro, ninguém era constrangido a aprendê-lo como a sua língua materna; Dante deixa isso claro quando lhe chama *locutio secundaria*, por ser aprendida pela força do estudo. Em contrapartida, o Estado-nação coage o sujeito a não só saber a língua nacional, mas também a tê-la como a sua língua materna (Cf. Nadal, 1999).

Quinto, tudo que temos dito neste trabalho a respeito do conceito de língua, e, complementariamente, do de dialeto, é como foi fabricado no Ocidente até a emergência dos Estados-nação no século XIX. Evidentemente, desde então até a atualidade seguiu evoluindo. Efetivamente, a partir do desenvolvimento do estudo histórico-comparativo das línguas, forjou-se uma “língua dos filólogos”, a qual foi legada aos linguistas, e dentro da Linguística atual há de fato um entendimento geral de que as línguas são conjuntos de dialetos (Cf. Moreno Cabrera, 2000; Sifre, 2005). Os problemas são: de um lado, a ocidentalidade do conceito *língua*; de outro, a plena vigência de olhares oitocentistas sobre a língua e a nação.

Sexto e sétimo, o conceito de língua é tão dependente do amparo do Estado que quando um Estado resolve promover um código, possivelmente visto como um dialeto, a língua, qualquer elemento distintivo é proveitoso. Assim, a língua romena foi escrita no alfabeto cirílico desde as datas dos seus documentos remanescentes mais antigos até 1860 porque o seu território estava dentro da comunidade supraestatal que era a Igreja Ortodoxa, cuja língua era o eslavo eclesiástico entre os eslavos, vizinhos dos romenos ao norte e ao sul. No dito ano de 1860, adotou-se definitivamente o alfabeto latino porque não era apropriado que uma nação latina usasse a escrita dos eslavos... Porém, quando, em 1940, a União Soviética anexou a região da Bessarábia e instalou aí a República Socialista Soviética da Moldávia, a língua vernáculo não só passou a chamar-se *moldavo* do lado soviético da fronteira, mas também voltou a ser escrita pelo alfabeto cirílico, mas segundo o uso russo. Em 1989, em meio ao ocaso da União Soviética, o moldavo foi feito língua oficial e o alfabeto latino foi restaurado, e quando a independência chegou, em 1991, voltou a ser chamado *romeno*, mas a Constituição de 1994 retrocedeu à denominação *moldavo*. Provavelmente, há mais diferenças entre o padrão europeu e o brasileiro do português do que entre o padrão romeno e o moldavo. Os nacionalismos são oportunistas: aproveitam-se do que lhes convier para alcançar os seus propósitos (Cf. Zabaltza, 2006; Burke, 2010).

Oitavo, como dissemos no comentário ao quarto ponto, a padronização do vernáculo não desbancou o

prestígio do latim, mas o tomou para si, e um dos fatos da história da língua latina evocado para justificar tal prestígio era o fato de vir sendo usado há centenas de anos sem ter sofrido mudanças substanciais. Isso é verdade, mas cabem duas precisões. Em primeiro lugar, não foi a língua histórica *latim* que atravessou os séculos quase sem mudar, mas sim a sua norma literária, fundamentada sobre as obras dos autores que viveram no século I a.C., sobretudo dois: Virgílio na poesia e Cícero na prosa. Essas obras gozaram de tal fortuna crítica que não se procurou fazer com que a norma literária acompanhasse minimamente as transformações que iam ocorrendo na fala, as quais desembocaram no romance. Depois, foram necessárias ao menos duas grandes intervenções para conservar a fixidez e imutabilidade do latim: a primeira, obrada por Alcuino de York, a serviço de Carlos Magno, rei dos francos, durante o chamado Renascimento Carolíngio, e a segunda, pelos humanistas, durante o Renascimento propriamente dito. Em ambos os casos, a prática escrita andava distanciando-se do padrão clássico, sendo, então, reaproximada a ele. Seja como for, é uma dimensão do prestígio do latim que tem sido transferida com reserva aos vernáculos padronizados, sob pena de lhes acontecer o mesmo que aconteceu ao latim: a obsolescência por distanciamento (Cf. Nadal, 1992, 1999; Castellanos, 2000).

Nono, como dissemos, a palavra *dialeto* não entrou nas línguas europeias modernas por meio do seu uso contínuo desde a Antiguidade, mas sim por importação direta do grego durante o Renascimento. A palavra *dialeto* é originariamente um tecnicismo, e se ela se estendeu ao uso comum foi por obra dos próprios estudiosos da Linguagem. Os gramáticos, filólogos e linguistas – junto com filósofos, historiadores e sociólogos – têm grande responsabilidade em relação ao que os “leigos” pensam sobre as línguas (Cf. Bernárdez, 2004; Süselbeck, 2008).

Décimo e último, parece que alguns códigos merecem levar o nome de língua, enquanto outros são alguma outra coisa diferente, como um dialeto, um linguajar, um *patois*. Parece que as línguas merecem tal qualificação porque são racionais: as suas regras espelham e as suas formas exprimem o pensamento arguto; dialetos, linguajares, *patois* são alógicos. Porque as línguas são antigas: a sua palavra bela e precisa é aquela de que fez uso o poeta ou prosador ancestral que a enobreceu; dialetos, linguajares, *patois* são noviços. Porque as línguas são autorizadas: os autores mais talentosos, mais engenhosos, mais esmerados escreveram nelas; dialetos, linguajares, *patois* são desabonados. Porque as línguas são consensuais: elas coerem a nação, fazem dos vários um; dialetos, linguajares, *patois* são desagregadores. Parece, porque nos ensinaram a vê-los assim (Cf. Tuson, 2002).

Considerações finais

“Nós vamos ter que controlar sua língua. [...] Eu não posso tampar este dente agora, você ainda está drenando. [...] Nós

vamos ter que fazer alguma coisa com a sua língua. [...] Eu nunca tinha visto algo tão forte ou tão resistente” (Anzaldúa, 2009, p. 305).

Assim começa Gloria Anzaldúa, uma intelectual chicana, uma reflexão sobre a sua vivência linguística. Trata-se de claro trocadilho com a palavra *língua*, nome do órgão corporal. Poder-se-ia, ainda, pensar que o autoritarismo do dentista serve de metáfora apenas a paisagens linguísticas como a da autora, em que uma minoria étnica sofre manifesta opressão com o fim de ser assimilada ou excluída. Nada mais longe do que este trabalho veio defendendo: “nós vamos ter que controlar a língua” é a frase que resume a história das ideias linguísticas no Ocidente. Casos como o do povo chicano são apenas mais evidentes do que acontece em geral.

Com efeito, Anzaldúa (2009, p. 306) resume o seu próprio texto, intitulado *Como domar uma língua selvagem*, objetando que “[l]ínguas selvagens não podem ser domadas, elas podem apenas ser decepadas”. Entendendo “decepar” no seu sentido etimológico (arrancar a cepa), o leitor pôde compartilhar, ao longo deste trabalho, o entendimento de que a invenção das línguas ocorreu, precisamente, a partir do decepamento de todos os códigos que não cumpriam as condições para serem convertidos em línguas.

Convém lembrar que durante o Renascimento somente as línguas reais e curiais foram transformadas em ilustres e cardeais, ou, trocando em miúdos, somente as línguas que tinham sido ou estavam sendo estatizadas foram padronizadas, o que lhes permitia o acesso às condições que distinguem aquelas que Isidoro de Sevilha qualificara, uns nove séculos antes, de sagradas, por nelas terem sido escritas as palavras que Pôncio Pilatos mandou pôr acima de Jesus Cristo crucificado, mas que coincidiam em possuir uma norma-padrão consolidada e cristalizada por um antiquíssimo uso. A revolução tecnológica da gramatização foi, pois, um primeiro decepamento: há uma situação inicial, uma paisagem linguística relativamente igualitária abaixo do latim, e uma mudança, em que os usos inovadores de certos códigos foram minando e tomando a superioridade acreditada ao latim. Todas as demais línguas que não contavam com o amparo do Estado ficaram excluídas, embora tenham continuado tão línguas quanto aquelas que ganhavam gramáticas, dicionários, cartilhas e novas ordens de discurso.

Diferentemente aconteceu quando essas línguas seletas foram nacionalizadas, ou seja, quando o vínculo de vassalagem ao príncipe foi sendo trocado pelo de pertencimento à nação, pois se antes se empregava a língua real, curial, cardeal e ilustre quando era preciso relacionar-se com o Estado, agora era necessário não só usar, mas também ter a língua nacional, para ser membro da nação. Exemplificando, pelo Antigo Regime podia-se ser vassalo do rei da França e falar alemão ou bretão; de-

pois da Revolução, cada vez menos pôde-se ser francês e não falar francês. E a maneira muito eficiente de se obter isso foi, precisamente, o dito de Anzaldúa: não tentar domar, mas decepar os demais códigos, isto é, arrancá-los da seara das línguas ao rebaixá-los a alguma coisa inferior, como mero linguajar, *patois*, *Mundart*... dialeto. “*Deslenguadas. Somos los del español deficiente*”. Somos seu pesadelo linguístico, sua aberração linguística, sua *mestizaje* linguística, o sujeito da sua burla”, acrescenta Anzaldúa (2009, p. 310).

Se há uma surpresa que podemos compartilhar ao fim deste trabalho é o conceito *língua* ser tão frágil e essa fragilidade ser tão patente. Sem dúvida, a sua perenidade deve-se ao silenciamento da sua fragilidade: pesquisa-se muito de pontos de vista muitos e variados, mas sob a comodidade comum de não se questionar antes o que é uma língua, como se a questão já tivesse recebido respostas bastantes, ou bastasse a segurança do ponto de chegada, ou mesmo como se houvesse um desengano quanto a uma resposta aceitável, ou seja, como se se tivesse chegado ao convencimento de que tal resposta não passa de uma quimera. No máximo, afronta-se o questionamento do que seja a língua, isto é, a máquina *língua*, ao qual se dá uma resposta acalentadora para a própria pesquisa. Após décadas de construção de um castelo tão vasto e tão alto, questionar o que é uma língua tornou-se epistemicamente perigoso para a Linguística. Efetivamente, muito longe de dar uma resposta ortodoxa a que é uma língua, ou seja, uma resposta que conforte a angústia de quem se faz tal pergunta, este trabalho encerra-se com essa angústia realimentada por os Estudos da Linguagem despontarem tão cúmplices de manejos ideológicos do conceito *língua*, isto é, contribuintes do estabelecimento e da manutenção de hegemonias, quando deveriam estar na linha de frente da contestação; afinal, faz-se ciência para quê?

Referências

- ANZALDÚA, G. 2009. Como domar uma língua selvagem. *Cadernos de Letras da UFF*, 39:305-318.
- AUROUX, S. 2009. *A revolução tecnológica da gramatização*. 2ª ed., Campinas, Unicamp, 119 p.
- BERNÁRDEZ, E. 2004. *¿Qué son las lenguas?* 2ª ed., Madrid, Alianza, 327 p.
- BLOMMAERT, J.; VERSCHUEREN, J. 2012. El papel de la lengua en las ideologías nacionalistas europeas. In: B.B. SCHIEFFELIN; K. WOOLARD; P. KROSKRITY (eds.), *Ideologías lingüísticas*. Madrid, Los Libros de la Catarata, p. 245-273.
- BOYER, H. 1999. La Revolución Francesa a la recerca de l'unilingüisme. In: F. FELIU; C. JUHER (orgs.), *La invenció de les llengües nacionals*. Barcelona, Quaderns Crema, p. 103-122.
- BURKE, P. 2010. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo, UNESP, 231 p.
- CASTELLANOS, C. 2000. *Llengua, dialectes i estandardització*. Barcelona, Octaedro, 128 p.
- CIRUELA ALFÉREZ, J.J. 1999. *Historia de la lingüística china*. Granada. Tese de Doutorado. Universidad de Granada, 322 p.
- COSERIU, E. 1979. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*. Rio de Janeiro, Presença, 238 p.
- ECO, U. 2002. *A busca da língua perfeita*. 2ª ed., Bauru, EDUSC, 457 p.
- GAFFIOT, F. 1934. *Dictionnaire latin-français*. Paris, Hachette, 1701 p.
- LIDDELL, H.; SCOTT, R. 1901. *A Greek-English lexicon*. 8ª ed., New York, American Book Company, 1775 p.
- MAKONI, S.; MEINHOF, U. 2006. Linguística aplicada na África: desconstruindo a noção de “língua”. In: L.P.M. LOPES (org.), *Por uma linguística indisciplinar*. São Paulo, Parábola, p. 191-213.
- MIGNOLO, W.D. 2003. *Historias locales / diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid, Akal, 451 p.
- MORENO CABRERA, J.C. 2008. *El nacionalismo lingüístico: una ideología destructiva*. Barcelona, Península, 223 p.
- MORENO CABRERA, J.C. 2000. *La dignidad e igualdad de las lenguas: crítica de la discriminación lingüística*. Madrid, Alianza, 316 p.
- NADAL, J.M. 1992. *Llengua escrita i llengua nacional*. Barcelona, Quaderns Crema, 180 p.
- NADAL, J.M. 1999. Normativa i història de la llengua. In: F. FELIU; C. JUHER (orgs.), *La invenció de les llengües nacionals*. Barcelona, Quaderns Crema, p. 13-38.
- NEBRIJA, A. 1992. *Gramática castellana*. Madrid, Fundación Antonio de Nebrija, 368 p.
- NIERMEYER, J.F. 1976. *Mediae latinitatis lexicon minus*. Leiden, E. J. Brill, 1138 p.
- RAJAGOLAPAN, K. 2003. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo, Parábola, 144 p.
- RIVAS, E. 2007. As políticas lingüísticas no reino de León-Castela. In: A.I. BOULLÓN AGRELO (ed.), *Na nosa lyngoage galega: A emerxencia do galego como lingua escrita na Idade Media*. Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega/ Instituto da Lingua Galega, p. 227-244.
- SAUSSURE, F. de. 2006. *Curso de lingüística geral*. 27ª ed. São Paulo, Cultrix, 279 p.
- SIFRE, M. 2005. *Llengua i dialecte*. Alzira, Bromera, 121 p.
- SIGUAN, M. 2002. Llengües i cultures en un món globalitzat. In: T. MOLLÀ (ed.), *Llengües globals, llengües locals*. Alzira, Bromera, p. 37-56.
- SÜSELBECK, K. 2008. “Lengua”, “nación” e “identidad” en el discurso de la política lingüística de Cataluña. In: K. SÜSELBECK; U. MÜHLSCHLEGEL; P. MASSON (eds.), *Lengua, nación e identidad: La regulación del plurilingüismo en España y América Latina*. Madrid/Frankfurt am Main, Iberoamericana/Vervuert Verlag, p. 165-186.
- TUSON, J. 2002. El valor de la diversitat en la comunicació global. In: T. MOLLÀ (ed.), *Llengües globals, llengües locals*. Alzira, Bromera, p. 19-36.
- ZABALTA, X. 2006. *Una historia de las lenguas y los nacionalismos*. Barcelona, Gedisa, 282 p.

Submetido: 12/03/2015

Aceito: 09/08/2015

Miguel Afonso Linhares

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)

Rua Manuel Lopes Filho, 773, Valfredo Galvão, 59380-000, Currais Novos, RN, Brasil

Claudiana Nogueira de Alencar

Universidade Estadual do Ceará

Av. Luciano Carneiro, 345, Bairro de Fátima, 60410-690, Fortaleza, CE, Brasil